

DOUTORAMENTO EM DIREITO E SEGURANÇA

DS111 – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E PROTEÇÃO CIVIL (SCPC)

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor José João Abrantes

Regente: Prof. Doutor António Duarte Amaro

Ano letivo: 2019/2020

Curso: 3.º ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 10

Horas de contacto: 30

Contacto do docente: amaro@scml.pt

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

- Dominar não só, a legislação de enquadramento da segurança e da proteção civil, mas também das respetivas estruturas de coordenação política, institucional e operacional.
- Consolidar conhecimentos num enquadramento teórico, prático e interdisciplinar sobre as grandes questões nacionais e internacionais, decorrentes dos desafios da globalização dos riscos e da sua gestão, habilitando os doutorandos a melhor compreender e debater o quadro de transformações do mundo contemporâneo.

- Habilitar os doutorandos com conhecimentos científicos, instrumentos de análise e metodologias necessárias para conceber, projectar, adaptar e realizar investigação significativa no âmbito da segurança comunitária e protecção civil.
- Ser capaz de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas, no domínio da segurança comunitária e protecção civil.

3 – PROGRAMA

1 - Segurança Nacional e Protecção Civil

1.1 – A protecção Civil como pilar da Segurança Nacional

2- As ameaças à segurança da comunidade no quadro da globalização: categorização dos riscos e vulnerabilidades.

3 - Organização do Território, Segurança Comunitária e Protecção Civil.

3.1- A importância da prevenção na Protecção Civil e Socorro: o caso dos incêndios florestais.

4 - O Sistema Nacional de Protecção Civil e Socorro: estrutura e meios. Ordenamento Jurídico, Funcional e Operacional. Atribuições, Competências e Responsabilidades dos Agentes de Protecção Civil. Estrutura de Coordenação política, institucional e operacional. Legislação de enquadramento. Congruências e Incongruências.

5 - O Financiamento da Protecção Civil e do Socorro.

5.1- A realidade nacional e internacional

6 - Enquadramento da formação dos agentes de protecção civil – o caso dos bombeiros enquanto principais agentes da protecção civil

7 – O papel do cidadão na Protecção Civil

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Metodologia expositiva intercalada com participação e discussão em grupo, visando proporcionar espaço de reflexão e discussão permanentes que permita aos doutorandos apropriar-se dos principais vectores da segurança comunitária e da proteção civil.

Apresentação de um relatório escrito no prazo estabelecido.

5 – BIBLIOGRAFIA

Amaro, António Duarte (2014). “Subsídios para o estudo da cultura de segurança nos agentes de proteção civil”, Revista Territorium, nº 21, Coimbra

Amaro, António Duarte, (2012). “O Socorro em Portugal”, Lisboa, Instituto de Direito Publico

Amaro, António Duarte, (2012). “Segurança e Socorro – Novo Paradigma”, Revista Territorium, nº 19, Coimbra, pp 15-21

Amaro, António Duarte (2012). “Definições e Conceitos em Proteção Civil”. Estudos de Direito e Segurança, Vol. II (Coord. Bacelar Gouveia), Coimbra, Almedina.

Amaro, António Duarte, (2008). “A segurança Humana na Sociedade de Risco”, Revista Territorium, nº 15, Coimbra, pp 83-94

Beck, Ullrich (2007). “La Sociedad del Riesgo Mundial”, Barcelona, Ed. Paidós.

Beck, Ullrich (1992). “Risk Society: towards a new modernity”, London, Sage.

Carvalho, Paulo (2012). “Ordenamento territorial e desenvolvimento”, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Curto, Fernando Gabriel (2017) . Financiación de las estructuras de bomberos en Portugal: un estudio comparativo entre los bomberos profesionales y bomberos voluntários, Tesis Doctoral, Madrid, Universidad Europea.

Cooper, Robert (2006). “Ordem e Caos no Século XXI”, Barcarena, Editorial Presença.

Eisenstad, S. N. (2007). “Múltiplas Modernidades”, Lisboa, Livros Horizonte.

Estudos de Direito e Segurança, I e II (Coord. Bacelar Gouveia), (2007, 2012). Coimbra, Almedina.

Foucault, Michel (2008). “Segurança, Território, População”, São Paulo, Martins Fontes.

Giddens, Anthony (2000). “O mundo na era da globalização”, Lisboa, Editorial Presença.

Giddens, Anthony (1998). “Consequências da Modernidade”, Oeiras, Celta Editores

Gouveia, Jorge Bacelar (2018). “Direito da Segurança”, Coimbra, Almedina

Innerarity, Daniel et Solana, Javier (orgs), (2013). “A humanidade Ameaçada: A Gestão dos Riscos Globais”, Lisboa, Ed, Teodolito.

Lara, António de Sousa (Coord.) (2012), “O Caos Urbano”, Lousã, Ed. Factor.

Lourenço, Luciano (2006), “Incêndios Florestais: Algumas reflexões sobre prevenção e mitos de combate”. Revista Territorium, nº 13, Coimbra, pp. 59-70.

Lourenço, Luciano (2003), “Análise de Riscos e Gestão de Crises. O exemplo dos Incêndios Florestais”, Revista Territorium, Coimbra, Minerva.

Lourenço, Nelson et al (2015). “Segurança Horizonte 2025”, Ed. Colibri/Gresi

Muralha, Reinaldo A. Leitão Araújo (2017). El impacto de la formación en la preparación de los bombeiros en incidentes críticos y su relación com el estrés profesional (burnout), Tesis Doctoral, Madrid, Universidad Europea.

Pereira, João et al (2006). “Incêndios florestais em Portugal – caracterização, impactos e prevenção”, Lisboa, Isapress

Pereira, Juan Pablo (2006), “La Seguridad Humana”, Barcelona, Ed. Ariel.

Pinto, Manuel Serafim (2011), “Segurança. Perspectivas para uma Sociologia da Ação”, Lisboa, Coisas de Ler.

Quarentelli, E. L. (1998). “What is a Disaster: Perspectives on the Question.”
London, Routledge

Rebelo, Fernando (2010). “Geografia Fisica e Riscos Naturais”, Coimbra,
Imprensa da Universidade.

Rebelo, Fernando (2005). “Uma experiência Europeia em Riscos Naturais”,
Coimbra, Ed. Minerva.

Rebelo, Fernando (2003), “Riscos Naturais e Ação Antrópica. Estudos e
Reflexões”. Coimbra, Imprensa da Universidade.

Ward, Rachel (2010), “The Chaos”, New York, Chicken House, Scholastic

6 – LEGISLAÇÃO

- Lei de Bases da Protecção Civil: [Lei n.º 27/2006, de 3 de julho](#) (Alterados os artigos 13.º, 16.º, 34.º, 39.º, 50º, 53º e revogados o n.º 2 do artigo 34.º)

- e a alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro).
- Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro: [Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio](#) (Sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro).
 - Orgânica do Ministério da Administração Interna: [Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro](#) (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 112/2014, de 11 de julho).
 - Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil: [Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro](#) (Altera e republica o Decreto-Lei n.º 73/2013 de 31 de maio). [Portaria n.º 224-A/2014 de 4 de novembro](#) (Determina a estrutura nuclear e as competências das unidades orgânicas da ANPC). [Despacho n.º 14688/2014 de 25 de novembro](#) do Presidente da ANPC (Define as unidades orgânicas flexíveis da ANPC, suas competências e atribuições), retificado pela [Declaração de Retificação n.º 85/2015 de 13 de janeiro](#), e alterado pelo [Despacho n.º 1553/2015 de 13 de janeiro](#) (Republica em anexo o Despacho 14688/2014 com a redação atual).
 - Regime Jurídico do Sistema de Protecção Civil da Região Autónoma da Madeira: [Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M, de 30 de junho](#)
 - Orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, IP-RAM: [Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho](#)
 - Orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores: [Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março](#) (Alterado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 39/2006/A, de 31 de outubro](#) e pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 11/2007-A, de 23 de abril](#))

- Organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil: [Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro](#)
- Normas de Funcionamento da Comissão Nacional de Protecção Civil: [Portaria n.º 302/2008, de 18 de abril](#)
- Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional: [Declaração n.º 344/2008](#)
- Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil: [Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho](#)
- Conta de emergência que permite adoptar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade: [Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho](#)
- Lei de Segurança Interna: [Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto](#)

7 – JURISPRUDÊNCIA